

O OCIDENTALISMO FANTÁSTICO DO CHANCELER: UMA ANÁLISE INDICIÁRIA DAS INFLUÊNCIAS NO PENSAMENTO GLOBALISTA DE ERNESTO ARAÚJO

The fantastic occidentalism of the chancellor: a micro-historical analysis of the influences in the globalist thought of Ernesto Araújo

Alexandre fernandez **VAZ**
Leibniz Universität Hannover, Hanôver, Alemanha
alexfvaz@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-4194-3876> 

Gabriel **GARCIA**
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, San Tiago Dantas, São Paulo, Brasil
gabriel.garcia1@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-3714-9875> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O objetivo deste artigo é, partindo do método indiciário de Carlo Ginzburg, analisar no pensamento globalista de Ernesto Araújo seu conceito de civilização Ocidental e traçar quais são as tradições de pensamento que influenciam tal ideia. Com este propósito, discutimos a relação entre os Estados nacionais modernos e a figura do cavaleiro heroico na cultura europeia do século XIX. O estudo sobre o pensamento de Ernesto Araújo é dividido em duas partes, a primeira envolvendo dados biográficos e a sua produção literária antes de sua aproximação do pensamento globalista e a segunda englobando o período após o chanceler ter se tornado adepto de tais ideias. O trabalho é dividido nas seguintes seções: 1. Análise micro-histórica e o método indiciário de Carlo Ginzburg; 2. A vagueza globalista e a história do Ocidente de Olavo de Carvalho; 3. Conservadores e cavaleiros; 4. Orientalismo e os heróis do estado-nação imperial; 5. O Orientalismo de Ernesto Araújo; e 6. O globalismo do ex-chanceler brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Ernesto Araújo. Orientalismo. Globalismo. Extrema-direita. Pensamento conservador.

ABSTRACT

The objective of the following paper is, using Carlo Ginzburg's historical method, to analyze, in Ernesto Araújo's globalist thinking, his concept of western civilization and to trace which are the traditions of thought that influence such concept. To this end, we discuss the relationship between the modern national state and the figure of the heroic knight in 19th century European culture. The study of Ernesto Araújo's thinking in this paper is divided into two parts, the first involving biographical data and his literary production before his approach to globalist thinking and the second after the chancellor became adept to such ideas. The work is divided into the following sections: 1. Microhistorical analysis and the indicative method of Carlo Ginzburg, 2. The globalist vagueness and the history of the West of Olavo de Carvalho, 3. Conservatives and knights, 4. Orientalism and the heroes of imperial nation-state, 5. Ernesto Araújo's Orientalism and 6. The Brazilian ex-chancellor's globalism.

KEYWORDS: Ernesto Araújo. Orientalism. Globalism. Far right. Conservative thought.

1 INTRODUÇÃO

Os romances são os romances! São lidos e aquilo que se lê se esvai em cinzas! Não. Os romances cavalheirescos fizeram carreira. Foram postos em prática. Suscitaram instituições. Forneceram programas de conduta e de ação. Modelaram os cérebros e as almas.

Lucien Febvre. Honra e Pátria.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o pensamento globalista, discurso até então longe do debate público, presente apenas em espaços marginais e distante da oficialidade governamental, passou a ocupar posição central para se entender o pensamento de membros oficiais e a política externa do atual governo brasileiro. O globalismo, deve-se destacar, traz consigo uma visão de mundo fictícia cuja consequência mais sólida é a construção de uma pauta contra minorias. Mas vamos aqui inquiri-lo, tomando o caso de Ernesto Araújo, o ex-ministro das Relações Exteriores, porque apesar da falta de lastro na realidade, o globalismo continua sendo levantado como um conjunto válido de ideias para guiar ações de sujeitos. Nesta interpelação ao globalismo do ex-chanceler, não vamos nos ater às diferentes concepções de mundo conspiratórias presentes em movimentos de extrema-direita, como a do “marxismo cultural” levantada originalmente no contexto da Alemanha nazista, ou suas versões contemporâneas das guerras culturais, como a propagada no Brasil pelo General Sérgio Avellar Coutinho ou internacionalmente por Steve Bannon – apesar de sua relevância para se compreender o desenvolvimento da ideologia globalista como um todo. Nossa proposta é a realização de uma análise em escala reduzida.

Trazemos para a discussão as ideias de Olavo de Carvalho sobre a civilização ocidental, preferindo destacar não como elas se aproximam das de Ernesto Araújo (o próprio ex-chanceler reitera a influência que o autointitulado filósofo teve sobre suas ideias), mas exatamente onde elas se diferenciam. Para isso, nossa atenção se destina não ao inimigo compartilhado de ambos, o “marxismo cultural”, mas ao que estaria sendo atacado e deveria ser defendido – no caso, a civilização ocidental. Realizar tal abordagem nos possibilita entender um pouco mais de seu globalismo. Não visamos aqui buscar suas influências dentro da geopolítica ou diretamente na extrema-direita, mas em tradições de pensamento pessoais e mais próximas ao ex-chanceler.



O objetivo perseguido neste trabalho é, seguindo o método indiciário de Carlo Ginzburg, analisar no pensamento globalista de Ernesto Araújo o seu conceito de civilização Ocidental e traçar quais são as tradições de pensamento que influenciam tal conjunto de ideias. Com este propósito, discutimos a relação entre o Estado nacional moderno e a figura do cavaleiro heroico da cultura europeia do século XIX. As duas seções reservadas ao pensamento de Ernesto Araújo abordam essa questão em momentos distintos: o primeiro, antes da adesão do antigo chanceler ao pensamento globalista, e o segundo após tal acontecimento. Apesar de o objeto de estudo estar localizado no presente, o método indiciário da micro-história permite uma análise documental minuciosa que possibilita revelar questões que de outra maneira não seriam inteligíveis. Por não dispormos de espaço suficiente, cada tema abordado pôde ser exposto apenas de maneira breve. Assim, visamos abordar em cada seção do trabalho: o método a ser usado (1); a visão de Olavo de Carvalho da civilização ocidental (2); a relação entre a figura do cavaleiro heroico na cultura europeia do século XIX em dois momentos, no surgimento do Estado nacional moderno (3) e na sua expansão imperial (4); o pensamento de Ernesto Araújo antes do globalismo (5); e a visão globalista de Ernesto Araújo da civilização ocidental (6).

2 ANÁLISE MICRO-HISTÓRICA E O MÉTODO INDICIÁRIO DE CARLO GINZBURG

A micro-história é um tipo experimental de método histórico. Por meio dela o pesquisador intenta, a partir do estudo de um determinado microcosmo, fragmento ou detalhe, chegar a questões gerais sobre um determinado tema. É uma abordagem que se utiliza das minúcias das trajetórias e mergulha nesses detalhes para, através deles, confrontar questões e compreensões amplas sobre um determinado objeto. Não promove propriamente uma sistematização, mas procura aspectos que possam ser generalizáveis e, assim, dar origem a novas agendas de estudo.

A análise micro-histórica, com o seu reduzido escopo e preocupação com os traços singulares, trata de situações específicas, aparentemente afastada de grandes acontecimentos históricos e mais próximas de ações do cotidiano, mediadas pela cultura. Uma questão a ser pontuada é que, devido à natureza dos dados singulares analisados, a formalização e sistematização de um método em regras gerais não é possível, tampouco desejada (GINZBURG, 1989, p. 178). Em contraposição ao método histórico tradicional,

que busca “a exatidão nos resultados e na previsão de determinados aspectos ou leis dos fenômenos estudados”, o historiador da micro-histórica:

(...) estabelece vínculos, relações e paralelismos que nem sempre estão diretamente documentados. Estas inferências são construídas como conjecturas delineadas por aspectos constituintes do contexto (econômico, social, político, cultural ou mental) onde os aspectos pesquisados aparecem (COELHO, 2007, p. 28).

Carlo Ginzburg, contrapondo-se ao chamado “método galileano” nas ciências humanas, racionalizador e generalizador, busca através da análise contextual inserir novamente o que havia sido retirado da análise histórica, “o lugar heurístico dos sujeitos e de suas significações de mundo” (PAZIANI & PERINELLI NETO, 2018, p. 323). Se, por um lado, a análise micro-histórica consegue revelar aspectos de um tema ou objeto antes obscurecidos pelo uso de regras sistêmicas no seu estudo, ela também dá um caráter conjectural às conclusões retiradas. As conclusões aferidas através do estudo contextual, ao contrário dos resultados exatos de métodos históricos tradicionais, sempre trazem consigo uma carga de suposição.

O método empregado por Carlo Ginzburg em suas análises micro-históricas é exposto de maneira direta em seu texto *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (2007). Aí o historiador chama a atenção para um método investigativo que busca se atentar aos detalhes, tomando-os como pistas, sinais ou indícios que revelam elementos sobre o objeto de análise anteriormente obscurecidos e não acessíveis a outros métodos. O estudo indiciário visa reconstruir de forma indireta o objeto de análise, reconstrução na qual causas não visíveis diretamente são deduzidas a partir de seus efeitos perceptíveis (RODRIGUES, 2020). Metodologicamente falando, a análise parte de indícios, e a sua reconstrução necessariamente se dá de forma indireta. Como exemplo, Carlo Ginzburg menciona o caso do historiador da arte Giovanni Morelli, italiano da segunda metade do século XIX que, no intuito de comprovar a autenticidade de uma obra de arte, não se atentava aos aspectos mais vistosos de uma pintura, pois são estes os copiados com mais atenção por falsificadores. Morelli escrutiniza detalhes negligenciados na pintura que não foram determinados pela escola e tradição artística ao qual o pintor pertencia, observando com cuidado seu traço pessoal, sendo estes os detalhes essenciais para se determinar a real autoria de uma obra (GINZBURG, 1989). A individualidade do autor não se encontra nas convenções estabelecidas, mas sim nos detalhes.

No que diz respeito ao estudo do particular, o método de Ginzburg considera “a possibilidade de nele traçar, ao mesmo tempo, o entendimento do individual e do coletivo” (PAZIANI & PERINELLI NETO, 2018, p. 321). As fontes históricas tomadas pelo analista – documentos oficiais e testemunhos voluntários – podem, através da análise indiciária, revelar mais do que foi intencionado pelo seu autor. Segundo Ginzburg, “escavando os meandros dos textos contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas”; a estratégia de leitura é a de “ler os testemunhos históricos a contrapelo, como Walter Benjamin sugeria, contra as intenções de quem os produziu (...) significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados” (GINZBURG, 2007, p. 11). Conforme seu método, a fonte histórica sempre revela um *algo a mais* que escapa às intenções do autor. Os elementos principais e intencionais de uma fonte histórica são também os mais mediados, influenciados por convenções; seu foco recai então nos elementos residuais ou marginais do texto, usualmente negligenciados, nos quais a individualidade não mediada do autor se expressa, indicando de maneira não intencional elementos de sua subjetividade. A particularidade do autor, dentro de uma configuração histórico-cultural, não é interpretada como interferência na exposição dos fatos no texto, mas é inserida na análise, permitindo captar uma dimensão do texto que antes era ignorada (PAZIANI & PERINELLI NETO, 2018).

Assim, em documentos históricos, questões que passam pela subjetividade do autor, primariamente consideradas ficcionais ou distorções do relato histórico, podem, por meio da análise contextual, trazer indícios de algo verdadeiro. Dentro de trabalhos de ficção, como em “romances medievais[,] podem detectar-se testemunhos históricos involuntários acerca dos usos e costumes, isolando dentro da ficção fragmentos de verdade” (GINZBURG, 2007, p. 11). Mesmo que um texto seja fictício, isto é, não tenha a pretensão de descrever algo objetivamente, a narrativa por ele criada é impregnada pelo seu contexto e pode trazer involuntariamente fragmentos de algo verdadeiro, seja do que está sendo descrito, seja da subjetividade do autor.

3 A VAGUEZA GLOBALISTA E A HISTÓRIA DO OCIDENTE DE OLAVO DE CARVALHO

O termo globalismo não tem uma definição fixa, sendo um significante que pode ser preenchido de diferentes formas (PENA, 2018, p. 382). Apenas sugerindo algumas



coordenadas gerais para identificar o inimigo, o globalismo concede aos seus adeptos uma ampla liberdade dentro de seu universo discursivo. Conforme sua doutrina, o “marxismo cultural” pode estar presente nas mais diferentes esferas da vida, sendo propagado por agentes que, pela natureza malévola de sua missão, negam suas verdadeiras intenções e a própria existência de um “marxismo cultural”. Pena define da seguinte maneira a narrativa geral do globalismo:

com teor conspiracionista, o globalismo existiria como pauta de homens internacionais que visam maior controle sobre os países, em um distanciamento fatal dos estados-nação. Como contraste completo do nacionalismo, o globalismo faria parte de uma agenda secreta marxista conceitualizada como “marxismo cultural”, do qual uma suposta esquerda nociva acabaria, por meio de processos culturais e obscuros, com os costumes tradicionais, com os valores da fé cristã branca, assim como com o amor à pátria, dentre outros. (PENA, 2018, p. 383).

Uma questão semântica deve ser esclarecida. Como veremos, Olavo de Carvalho, assim como Ernesto Araújo, entendem-se como pensadores conservadores para os quais globalistas são aqueles que buscam o fim dos “valores ocidentais”. Segundo suas próprias opiniões, Carvalho e Araújo se colocam como agentes que procuram combater o globalismo. De maneira distinta, vamos aqui nos referir aos globalistas não para descrever agentes obscuros ligados a um pretense “marxismo cultural”, mas para designar os próprios pensadores conservadores que acreditam ser real a conspiração globalista. Apesar do elo comum de suas diferentes versões – o discurso de ódio contra movimentos sociais e minoritários – o globalismo, por seu caráter conspiratório que busca revelar uma trama misteriosa, é altamente vago e dificilmente sistematizável. A vagueza do globalismo permite que cada sujeito insira a sua individualidade dentro dessa visão política, tendo a liberdade de identificar o inimigo do “marxismo cultural” onde ele pessoalmente pensa ser condizente, adequando os preceitos gerais do globalismo à sua realidade próxima. O caráter vago do globalismo, sua falta de referência empírica, não é algo fortuito, mas um elemento constitutivo da adesão a ele.

A proximidade do autointitulado filósofo cristão Olavo de Carvalho, chamado de “guru” intelectual do atual governo, com membros da família Bolsonaro e com o ex-ministro das Relações Exteriores é constantemente divulgada pela mídia. Respondendo à pergunta sobre o papel do intelectual conservador para a sua família, Eduardo Bolsonaro responde: “é nossa referência filosófica” (BOLSONARO, 2018, on-line). A indicação, feita por Olavo de Carvalho, de Ernesto Araújo para o cargo de Ministro das Relações Exteriores do recém-

eleito governo Bolsonaro é relevante, já que, segundo Araújo, “quando soube que o professor Olavo tinha indicado o meu nome, fiquei felicíssimo. Sei que foi decisivo” (ARAÚJO, 2019b). Apesar de Araújo se referir a Olavo como “professor”, vamos aqui nos ater especificamente aos pontos em a visão de mundo do ex-chanceler difere da de seu mentor intelectual sobre aquilo que estaria sendo atacado pelo “marxismo cultural”, isto é, a civilização ocidental. A mesma vagueza na identificação do “marxismo cultural” também está consequentemente presente na definição de o que seria a civilização ocidental.

Seguindo os mesmos preceitos gerais do globalismo, os pensamentos de Olavo de Carvalho e de Ernesto Araújo são aparentemente semelhantes. Ambos são cristãos que, recusando o pensamento científico e os ideais do iluminismo, atacam o “marxismo cultural” e advogam pelo retorno de Deus para guiar os princípios da vida pública e privada.

Essas semelhanças aparentes são traços gerais que escondem as diferenças na concepção de mundo pseudo-histórica de cada um. Como abordaremos posteriormente, Ernesto Araújo interpreta de maneira mítica a civilização ocidental, como o espaço harmonioso no qual, desde a Grécia Antiga, a figura mística da Pátria, onde Deus se manifesta, está presente (ARAÚJO, 2017). O cristianismo seria herdeiro da alma ocidental, que é maior e anterior a ele. Esta harmonia foi interrompida pelos ideais antinacionalistas da Revolução Francesa e segue em disputa até os dias de hoje, como demarca o título de uma de suas publicações, “A esquerda: de Robespierre ao PT” (ARAÚJO, 2018a). Introduzimos aqui a visão globalista do ex-chanceler, analisada de maneira detalhada mais à frente, para apontar que tais aspectos, o de uma civilização harmoniosa do mundo ocidental em torno da ideia de pátria e o início do conflito na Revolução Francesa, não só estão ausentes, como também são contrárias à concepção de mundo presente na obra de Olavo de Carvalho, e partem de uma tradição intelectual distinta.

Olavo tem como princípio de sua concepção de História não a pátria, mas a fé cristã. Destacaremos alguns tópicos do livro *O jardim das Aflições*, publicado em 1995, obra de Carvalho cujo tema é precisamente a História da civilização ocidental. Nosso propósito é constatar, apesar das aproximações políticas desses dois globalistas, as diferenças no pensamento de ambos, buscando entender o que distancia o pensamento do ex-chanceler do de seu “professor”, e inquirir quais tradições de pensamento influenciam o globalismo de Ernesto Araújo, considerando que diferem das de Olavo de Carvalho.

Olavo de Carvalho resume a História da civilização ocidental como a “história de luta pela sucessão do Império Romano” (CARVALHO, 1998, p. 137). O feito do Império Romano de dominar diferentes territórios sob o mesmo governo, homogeneizando povos sob seu

controle, teria sido possível graças à religião greco-romana do Estado. O culto ao Estado e às religiões anteriores ao cristianismo tinha como objetivo o aprisionamento do indivíduo a uma organização sociopolítica específica (CARVALHO, 1998, p. 125). Não que o pensamento individual fosse suprimido pela coletividade; mas no culto ao Estado “o pensamento individual simplesmente não existia; não havia um espaço onde a consciência do indivíduo pudesse se desenvolver para fora da crença coletiva” (CARVALHO, 1998, p.125). O cristianismo, ao reconhecer a alma do indivíduo humano como portadora da palavra divina, “dessacralizava radicalmente o Estado” (CARVALHO, 1998, p.126).

De acordo com essa perspectiva, a civilização ocidental seria marcada por esse constante conflito entre o cristianismo e o Império Ocidental, entre a religião cristã e o culto greco-romano ao Estado, cujo resultado seria a dominação ou libertação da humanidade. Olavo de Carvalho identifica o início da decadência ocidental com o estabelecimento dos impérios coloniais no século XVI, quando a Igreja foi absorvida pelos Estados. Cada rei que buscava ser chefe de seu próprio império precisava ser a autoridade máxima do Estado e da Igreja, criando assim os “cultos nacionais”, que consistiam nas diferentes vertentes do protestantismo (CARVALHO, 1998, p. 147). Cada nação remolda “o discurso cristão segundo seu interesse nacional” (CARVALHO, 1998 p. 147), ajustado à razão do Estado. Desse modo, “mediante a farsa do corpo místico nacional” (CARVALHO, 1998, p. 151), o cristianismo começa a servir ao culto do Estado greco-romano. O estilhaçamento da unidade cristã pelos empreendimentos coloniais, com a submissão da Igreja ao Estado, iniciou o longo processo que resultou na crise atual do cristianismo e o retorno ao culto greco-romano na forma moderna do “marxismo cultural”, apagando o indivíduo (CARVALHO, 1998 p.183).

A intenção por trás do gesto de mostrar as ideias de Olavo de Carvalho é apontar a originalidade de sua interpretação histórica sobre a formação da civilização ocidental. Ela não seria um corpo harmonioso, mas o palco de disputa entre a Igreja cristã e “uma espécie de anticivilização, a civilização do anticristo” (CARVALHO, 1998, p. 52). A política do anticristo visa “investir o Estado de autoridade espiritual, restaurar o culto de César, banir deste mundo a liberdade interior que é o reino de Cristo” através do império ocidental (CARVALHO, 1998, p. 121).

Já a concepção globalista de Ernesto Araújo parte de uma idealização do passado ocidental justamente em torno do corpo místico nacional surgido na Grécia, o mesmo repudiado por Olavo e seus heróis nacionais. O conflito atual se daria com as orientações políticas de esquerda (iniciado apenas no século XVIII com a Revolução Francesa), os

valores do iluminismo e o início da modernidade. Para Olavo de Carvalho, o marxismo não é fruto da Revolução Francesa ou do iluminismo, mas tem suas raízes na religião greco-romana do Estado (CARVALHO, 1998, p. 121). Por outro lado, Araújo não adere à História inventada do Ocidente proposta por Carvalho, mas se aproxima de outras tradições inventadas – de um passado altamente idealizado, nacionalista, aventureiro e anti-iluminista.

Nas duas seções seguintes, analisamos o pensamento conservador, sua relação com o Estado nacional moderno e a figura do cavaleiro medieval no interior da cultura europeia no século XIX.

4 CONSERVADORES E CAVALEIROS

O pensamento conservador surge como uma tradição coesa, ao mesmo tempo que a modernidade e em reação a ela e às transformações sociais e valores da Revolução Francesa (GAYHVA, 2000). Uma das características fundamentais do pensamento conservador no início do século XIX é a recusa das inovações da modernidade e uma “nostálgica reavaliação da experiência feudal e de suas estruturas históricas correspondentes” (GAYHVA, 2000, p. 302). Os primeiros conservadores se manifestavam contra a ideia iluminista da razão como medida para determinar as experiências e instituições consideradas válidas em uma sociedade moderna – razão esta que se voltava contra as considerações conservadoras segundo as quais a natureza humana teria suas raízes determinadas por elementos divinos, que seriam a medida última para estabelecer o comportamento individual e coletivo (BOBBIO et al., 1991). Os conservadores do início do século XIX buscavam então o retorno à sociedade da cultura orgânica feudal, cavalheiresca e cristã, definida por eles mesmos retroativamente (GAYHVA, 2000).

A centralização do poder decorrente do estabelecimento do Estado nacional moderno e a implementação de sua lei única de direitos iguais, que parte da concepção de igualdade universal entre os indivíduos, volta-se contra as comunidades orgânicas organizadas pela lógica feudal de distinção da nobreza baseada na tradição (MANEHIM, 1986). Para o pensamento conservador inicial, a diferenciação entre os indivíduos, baseada na concepção divina do ser humano, é expressão natural de organização da sociedade; nessa diferença inata se encontra a liberdade (NISBET, 1987). O igualitarismo moderno do contrato social é interpretado como antagônico ao exercício da liberdade individual. O conservador das primeiras gerações buscava se opor à retirada do pensamento metafísico

divino intrínseco à estrutura social da época e à sua substituição pela racionalização da sociedade que vinha ocorrendo pelo movimento de desencantamento do mundo.

A concepção conservadora do livre-arbítrio nas relações individuais não mediadas pelas instituições estatais modernas não resultaria em anarquia ou conflitualidade, uma vez que teria como laço comum e princípio organizador as instituições orgânicas de uma sociedade tradicional (MANHEIM, 1986). O argumento de que tal organização poderia abrigar em seu interior injustiças é contraposto pelos conservadores anti-iluministas ao “pressuposto de uma espécie de harmonia preestabelecida, que é garantida diretamente por Deus ou pelas energias nacionais dentro de uma sociedade” (MANNHEIM, 1986, p. 93, tradução nossa). Desse modo, a vida individual não cairia em arbitrariedade; o elemento nacional ou divino ofereceria a harmonia necessária à integração e o indivíduo é entendido não como um sujeito independente, mas sempre em relação ao amálgama que unifica os diferentes. A História e o indivíduo são vistos como as diferentes manifestações específicas dessa substância interna atemporal, que harmoniza a comunidade coletiva orgânica, povo ou nação (MANNHEIM, 1986, p. 97). Uma experiência no presente só é encarada como autêntica quando se considera a maneira como ela se relaciona com as tradições passadas.

Segundo Löwy e Sayre (2001, p. 17), o movimento romântico inicial do final do século XVIII critica a sociedade moderna em nome de valores e ideais de um passado pré-moderno, utópico e idealizado. Seu objetivo seria restaurar algo que foi perdido no indivíduo e na humanidade como um todo – uma subjetividade plena que teria sido empobrecida pela sociedade moderna. O sujeito busca nessa realidade partida aquele elemento que poderia novamente completá-lo, restaurando a ordem natural das coisas, sempre guiadas por uma ordem transcendental (LÖWY; SAYRE, 2001, p. 21). O entrelaçamento entre parte do pensamento romântico inicial e o pensamento conservador anti-iluminista ocorre porque ambos buscam no mesmo lugar (o de um passado feudal idealizado) a referência para criticar a modernidade. Segundo Löwy e Sayre,

o termo “Romântico”, como era entendido no início do movimento que leva o nome - o romantismo alemão inicial - inclui uma referência a uma era passada específica: a Idade Média. Para Friedrich Schlegel, o que está envolvido é “a era do cavalheirismo, amor e fábula, da qual o fenômeno e a própria palavra são derivados”; na verdade, uma das principais fontes da palavra “Romantismo” é o romance de cavalaria medieval *le roman courtois*. (LÖWY & SAYRE, 2001, p. 22, tradução nossa)

Após a Revolução Francesa e o início da era moderna, o romance de cavalaria, gênero literário originalmente da era medieval, foi repopularizado, revelando o fascínio de



seus leitores por esse passado idealizado, ao mesmo tempo que produzindo este mesmo passado (LOPES, 2011). Seus protagonistas, os cavaleiros, guiam-se por um código de honra e justiça cristã. Segundo Lopes, “em uma perspectiva abrangente do gênero, pode-se afirmar que os romances de cavalaria foram variações de um só enredo. Eles sempre realçavam as vitórias gloriosas do herói sobre os opressores dos desvalidos” (LOPES, 2011, p, 156). O cavaleiro aventureiro, em contraposição ao cidadão sob controle da lei homogênea do Estado, era, para conservadores românticos e tradicionalistas na Alemanha, uma referência idealizada do sujeito livre e autodeterminado. Com os valores cristãos, o cavaleiro determina a sua unicidade através das aventuras e grandes feitos.

A idealização de um passado feudal cavalheiresco foi sendo lentamente empurrada para longe das arenas centrais da vida política e social pela constante modernização da sociedade, sendo revisitada por apoiadores da antiga ordem e mantida na literatura, espaço reservado ao entretenimento, onde tal fantasia permanecia viva. Segundo Lopes,

o ideal da elegante vida heroica só podia ser cultivado dentro dos limites de uma casta fechada. Na avaliação de Jacques Le Goff, “o romance [de cavalaria], obra escrita e destinada a ser lida, exclui deliberadamente o público misto que escutava as chansons de geste. Só as duas ordens maiores, chevalerie e clergie, são comensais do romance”. Tratou-se, portanto, de um gênero destinado à fruição das elites, de uma literatura a ser desfrutada nos castelos e que, segundo a ironia de Voltaire, destinava-se a preencher o vazio da existência e a alimentar a imaginação de aristocratas ociosos. (LOPES, 2011, p. 158)

O passado medieval heroico ganha popularidade entre o público da Europa modernizada a partir do surgimento da literatura fantástica, considerada um gênero inferior (SENIOR, 1994). Para os leitores da Inglaterra industrial moderna e urbana o passado feudal era, em contraste, um espaço de harmonia. Esse novo interesse do amplo público pelos cavaleiros do passado é tido como um dos elementos fundamentais para o surgimento do gênero fantasia contemporânea no início do século XIX. Ainda segundo Senior, uma característica essencial do gênero fantástico de então é “a localização da narrativa em um cenário que é vagamente medieval, combinando a questão da cavalaria e do conto de fadas para produzir o locus temporal e geográfico representativo da fantasia heroica” (SENIOR, 1994, p. 33, tradução nossa). As fantasias heroicas movimentadas pelo escapismo buscavam criar um mundo no qual o sentido de ordem e harmonia, assim como na visão medieval cristã de mundo, era orgânico e englobava todos os aspectos da narrativa. Desequilíbrios nesse todo harmonioso nos mundos da literatura fantástica são explicados por Senior:

assim como na literatura medieval, a luta não surge simplesmente de falhas de caráter ou erupções físicas naturais, mas de um rasgo ou falha no tecido elementar da trama ética do universo; perturbações da natureza e falhas trágicas de caráter são expressões e resultados dessa força maligna ou perturbadora em ação, não as causas. (SENIOR, 1994, p. 36, tradução nossa).

A totalidade é necessariamente boa e harmônica; se ela não se manifesta dessa maneira, é porque existe alguma força maléfica, necessariamente externa, que estaria ameaçando essa totalidade. Assim como na visão de mundo cristã feudal, cada um dos elementos da narrativa fantástica tem conexão entre si e é dotado de sentido (SENIOR, 1994, p. 36). A estabilidade do mundo criado está diretamente relacionada com a jornada do herói; a disputa entre o bem e o mal depende dele. A conversão do sujeito que ignorava o seu destino de herói usualmente se dava através da revelação de seu papel especial, sendo essa experiência transcendental o momento no qual ele toma consciência de sua verdadeira função. Segundo Senior,

a fantasia seguiu o exemplo da literatura medieval porque explora de perto a necessidade humana primordial de uma ontologia clara da vida e todo o seu mistério. Cada um oferece uma interpretação e explicação coerentes da existência que indicam que cada vida não só tem valor, mas tem um valor que a distingue e permite a individualidade e o livre-arbítrio, uma vez que, concomitantemente ao resto de seu mundo, nada é sem sentido ou aleatório. Além disso, há uma função salvadora para tal atividade, pois o fim da narrativa da maioria das fantasias representa uma mudança para uma nova era da qual o mal ou a ameaça da era anterior foi expurgado. (SENIOR, 1994, p. 44, tradução nossa).

5 ORIENTALISMO E OS HERÓIS DO ESTADO-NAÇÃO IMPERIAL

Edward Said define o Orientalismo como a maneira como a cultura europeia, baseada na distinção epistemológica e ontológica entre o Oriente e o Ocidente, cria representações de si própria e de outros povos (SAID, 2007). Embora tenha se alterado ao longo do tempo, essa distinção, ao representar outros povos, fundamenta as reflexões e comportamentos históricos, filosóficos, artísticos, imperiais e administrativos da Europa para com os povos não europeus. As reflexões sobre os não-ocidentais ajudaram a construir a representação que o Ocidente, por meio de imagens contrastantes entre “Nós” e “Outros”, tem de sua própria identidade supostamente superior. Segundo Said,

tanto quanto o próprio ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe



deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra. (SAID, 2007, p. 31).

Por trás do pronome “Nós”, “encontramos um homem ilustre e poderoso que se sente representativo de tudo o que há de melhor na história de sua nação” (SAID, 2007, p. 66): o sujeito capaz de fazer uso da razão, fruto da civilização avançada. Para o ocidental, que se vê como sóbrio e civilizado, o Oriente representa a terra onde todos os extremos do espectro da existência humana ainda encontram lugar para sua realização. Isso pode ser observado em uma carta de 1874, citada por Hannah Arendt: “ponham-me num navio que vá para leste de Suez, onde o bom é como o mau, onde não existem os Dez Mandamentos e onde todos os desejos são permitidos” (Froude *apud* ARENDT, 2013, p. 296).

Segundo Said, esse grande mistério que é o Oriente se caracteriza por um “confuso amálgama de indeterminação imperativa e detalhe preciso” (SAID, 2007, p. 86). O ocidental, ao lidar com o desconhecido, o não familiar, cria todo tipo de suposições, associações e ficções (SAID, 2007, p. 91), tomando a si mesmo como o padrão para tentar entender o que é diferente. O medo causado pelo contato com o que está além das fronteiras do familiar é substituído por uma representação na qual “coisas novas podem ser vistas como diferentes matizes de algo que já é familiar” (SAID, 2007, p. 97), criando do desconhecido uma narrativa coesa na qual a superioridade ocidental é reafirmada.

Sobre a era das grandes navegações coloniais, Sérgio Buarque de Holanda aponta como “é fora de dúvida que os romances de cavalaria constituíram a leitura diletta e a inspiração de muitos conquistadores espanhóis” (HOLANDA, 1994, p. 33). A crítica a essa mentalidade cavalheiresca que segue a mesma lógica dos romances de cavalaria – segundo a qual o novo mundo seria um palco de aventuras que inspirava a imagem que a aristocracia detinha de si mesma – é retratada no romance *Dom Quixote* de Cervantes. Seu personagem principal, que devido à leitura excessiva de romances de cavalaria perde a razão, não consegue mais distinguir o conteúdo de seus livros da realidade e esquece a sua verdadeira identidade (COHEN, 2004, p. 21). Edward Said define o indivíduo portador de uma atitude textual usando *Dom Quixote* como exemplo, apontando que aqueles que buscam entender a complexidade e imprevisibilidade da realidade apenas através de textos, “aplica[ndo] o que se aprende num livro literalmente à realidade arrisca[m] cair na loucura ou na ruína”. Mas apesar disso, nota Said, principalmente quando lida com o desconhecido “parece [ser] uma falha humana comum preferir a autoridade esquemática de um texto à desorientação dos encontros diretos humanos” (SAID, 2007, p. 141).



Essas narrativas hegemônicas ocidentais se configuram como narrativas totalizantes, ou seja, todo e qualquer aspecto da realidade pode ser classificado e hierarquizado por meio da oposição entre o Ocidente e o restante do mundo. A divisão central de sua geografia imaginária é necessariamente antiempírica. Segundo Said, o orientalismo

partilha com a magia e com a mitologia o caráter autocontido e autorreforçado de um sistema fechado, em que os objetos são o que são porque são o que são, agora e sempre, por razões ontológicas que nenhum material empírico pode desalojar ou alterar. (SAID, 2007, p, 111)

Nessa visão ocidental, existe uma divisão central incomensurável Ocidente e Oriente partem de essências civilizacionais irreconciliáveis. Essa postura epistemológica europeia em relação a outros povos gerou consequências práticas quando foi ativamente mobilizada na formulação das políticas imperialistas na segunda metade do século XIX e início do século XX. Tais ideias orientalistas, antes presentes principalmente em considerações acadêmicas e artísticas, agora se viam envolvidas diretamente na construção das identidades nacionais europeias e suas políticas imperialistas (MAKDISI, 2014, p. XI).

A tradição de um suposto Ocidente, coeso, estável e com uma identidade fixa e atemporal desde a Grécia Antiga foi mobilizada no século XIX para servir às intenções imperiais de expansão dos estados-nações (SAID, 1994). Segundo Makdisi (2014), na era imperial inglesa, a construção da identidade nacional do país em torno de uma ideia de Ocidente pode ser observada na obsessão dos românticos da época com o Oriente e os temas orientalistas. Na busca de uma identidade – seja coletiva, por meio dos Estados-nação, seja individual, no caso dos sujeitos românticos –, “o Oriente tornou-se essencial para praticamente qualquer tentativa de articular um senso de individualidade ou subjetividade” (MAKDISI, 2014, p. 13, tradução nossa). O homem ocidental racional, viril e virtuoso existia na exata medida em que havia um “Outro”, oriental e menos humano.

Hannah Arendt define esse mito da identidade imperial como uma “lenda imperialista” que, resgatando um passado mítico, explica o mundo não como uma série de acontecimentos desconexos dos quais se herdaram as consequências de maneira arbitrária; nessa lenda imperialista se encontra a chave para especulações sobre o futuro para a construção de sentidos no presente (ARENDR, 2012, p. 295). Para Arendt, a interpretação cristã da trajetória humana, de Adão até o Juízo Final, “ofereceu a mais poderosa e completa explicação lendária do destino humano” (ARENDR, 2012, p. 295). Novas explicações e ideologias da modernidade florescem “somente depois que a unidade

espiritual dos povos cristãos cedeu à pluralidade das nações, quando a estrada da salvação se tornou um artigo incerto da fé individual e não mais a teoria universal aplicável a todos os casos” (*id.*, *ibid.*). O surgimento do Estado moderno e o advento da razão e dos nacionalismos no pensamento europeu retiraram a lenda cristã, que abarcava todo o destino humano, da vida pública, mas o pensamento lendário retorna com as expansões imperiais do século XIX, justificando e inspirando tais empreendimentos:

parece-nos bastante significativo que o surgimento de estruturas nacionais não tenha, em parte alguma, sido reforçado por lendas que legitimassem a sua fundação e que somente quando era óbvio o declínio da entidade nacional e quando o imperialismo parecia substituir o nacionalismo antiquado, surgisse a lenda do imperialismo. (ARENDR, 2012, p. 296).

Arendt toma como expressão maior da lenda imperialista a literatura de Rudyard Kipling, narrativas que têm como protagonista o indivíduo imperial, membro da civilização ocidental, senhor entre os povos e escolhido para cumprir a honrosa missão de levar a modernidade a regiões selvagens (ARENDR, 2012, p. 297). A adoção dessas ficções heroicas, que buscavam inspirar e justificar a expansão dos Estados-nação por meio dos funcionários do Império, dá-se, segundo Hannah Arendt, baseada em “uma certa realidade na própria Inglaterra que correspondia à lenda de Kipling e que a tornara possível: a existência de virtudes como cavalheirismo, nobreza, bravura” (ARENDR, 2012, p. 298). Sustentados na tradição dos “matadores de dragão”, indivíduos partem com o espírito de aventura a terras “distantes” e “exóticas”, ao encontro de povos a serem protegidos, a realizar feitos heroicos. Essa atitude foi adotada por muitos funcionários do império, que se tornaram “trágicos e quixotescos bobos do imperialismo” (ARENDR, 2012, p. 298).

Em contraste com o cidadão seguidor das leis do Estado nacional, o funcionário imperial, “de um momento para outro, pode mudar de obediente e subalterno soldado de Sua Majestade para a excitante e nobre figura do mundo nativo, protetor bem-amado dos fracos e matador de dragões das velhas histórias” (ARENDR, 2012, p. 299). A figura do cavaleiro medieval retornava carregada dos valores do nacionalismo imperial. Esses sonhos eram alimentados pelo melhor que a tradição europeia e cristã tinha a oferecer: peças imaginárias cultivadas na infância e fora da vida rotineira e mundana dos cidadãos adultos do Estado nacional inglês seguidores da lei. O funcionário imperial, ao exercer seus cargos nas terras coloniais, mantinha as ideias de heroísmo aventureiro estabelecidas na infância:

o imperialismo era para eles somente uma oportunidade acidental de fugirem de uma sociedade na qual, para crescer, o homem tinha de

esquecer sua mocidade. Para a sociedade inglesa era um alívio vê-los partirem para países distante, circunstância que permitia que se tolerasse e até estimulasse os ideais de infância no sistema de *public schools* [internatos particulares]; os serviços coloniais levavam-nos para longe da Inglaterra e evitavam que transformassem seus ideais infantis nas ideais maduras de um homem. As terras estranhas e curiosas atraíram os melhores jovens da Inglaterra desde o fim do século XIX, privaram sua sociedade dos elementos mais honestos e mais perigosos, e garantiram uma certa conservação, ou talvez petrificação, da nobreza dos jovens que preservou e infantilizou os padrões morais do Ocidente. (ARENDR, 2012, p. 300).

Segundo Bristow, na Inglaterra da segunda metade do século XIX, “os princípios do imperialismo estavam moldando as dimensões ideológicas das disciplinas estudadas na escola”, mas não eram temas completamente estranhos para os estudantes; “eles reforçaram os pressupostos imperialistas que por muitos anos serviram como preceitos principais que orientaram a produção de ficção de aventura para crianças” (BRISTOW, 1991, p. 20, tradução nossa). As histórias de ficção aventureira agora não ocupavam unicamente uma posição de entretenimento na formação dos estudantes. Segundo Bristow, “narrativas celebrando o império e técnicas de ensino de leitura e escrita convergiram gradualmente” (BRISTOW, 1991, p. 20, tradução nossa). Assim, as políticas governamentais de incentivo aos esforços do país em terras estrangeiras vão lentamente substituindo as opiniões diversas sobre os nacionalismos democráticos na população pela ideia do império e sua missão civilizacional (BRISTOW, 1991, p. 23). A formação do caráter imperial e da missão civilizatória e a educação dos futuros homens do império em diversos países centrais estão conectadas com a reformulação, para usos políticos, das fantasias que antes ocupavam um espaço marginal e infantil nas sociedades nacionais europeias.

Apresentamos nas últimas duas seções os principais momentos em que as histórias aventureiras de cavalaria e heroísmo se envolveram no cenário político europeu, traçando o movimento de sua retirada da política para uma literatura menor e seu posterior retorno à esfera pública; além disso, acompanhamos a trajetória do pensamento que idealizava um passado fantástico relacionado à história feudal na Europa moderna do século XIX. A idealização da antiga sociedade cristã feudal cavalheiresca é inicialmente realizada pelos primeiros conservadores; esse passado idealizado e suas figuras vão sendo aos poucos marginalizadas e retiradas da arena política e social da sociedade racionalizada do Estado nacional moderno, permanecendo predominantemente no campo do entretenimento, como na literatura dos romances cavalheirescos e na criação do gênero fantástico. Esse tipo de pensamento baseado na tradição, que intenciona adaptar atos de homens heroicos e

cavaleiros aventureiros às políticas nacionais imperiais, retorna à esfera pública, apoiando-se no pensamento orientalista, para fundamentar a lenda do imperialismo, uma suposta identidade nacional coesa e a missão civilizatória ocidental. Descrevemos como, no surgimento do Estado nacional moderno, tais histórias, aliadas ao conservadorismo anti-iluminista, se contrapunham a esse Estado e como a posterior restauração de tais narrativas baseadas no mito da identidade ocidental foi usada para contribuir com sua expansão imperial. Se a imagem heroica dos cavaleiros era invocada anteriormente para maldizer o Estado-nação, ou escapar da realidade desencantada estabelecida por ele, agora ela retorna como maneira de justificar a expansão imperial desses Estados nacionais para as terras desconhecidas além de suas fronteiras. O novo cavaleiro se fundiu com a figura do Estado nacional moderno, cavalgando agora não apenas pelo passado feudal, mas pela civilização ocidental.

6 O ORIENTALISMO DE ERNESTO ARAÚJO

Nascido em uma família católica conservadora, Ernesto Araújo viveu a sua infância na cidade de Brasília, onde estudou em colégios de orientação religiosa, com poucas opções de lazer. O infante Ernesto Araújo se refugiava nos livros, tendo como principal interesse a História (ARAÚJO, 2019b). Seu pai, Henrique Fonseca de Araújo, nomeado procurador Geral da República em 1975, durante o governo Geisel, foi um anticomunista e amante da liberdade, ensinando ao filho o amor pela pátria e a fé cristã (ARAÚJO, 2019a). Araújo recorda como o pai recontava episódios da Segunda Guerra Mundial, quando a figura dos aliados “ganhou para mim uma dimensão de urgência épica, quase mística, e não apenas [os] episódios militares. Até hoje quando o ouço na memória dizendo ‘os aliados’ sinto um arrepio” (ARAÚJO, 2019a, on-line).

Após assistirem ao filme *Casablanca*, em que os personagens europeus e norte-americanos, no exótico Marrocos, cantam a Marselhesa para calar oficiais nazistas, o pai lhe ensinou a cantar na língua francesa aquele “hino guerreiro, como ele dizia, de um patriotismo universal que também me emociona até hoje com o seu *Amour sacré de la patrie*” (ARAÚJO, 2019a, on-line).

Aos 11 anos de idade, Araújo é presenteado pelo pai com um quadro com o poema *If*, de Rudyard Kipling, no qual um pai descreve ao filho quais são os valores honrosos que este deveria seguir para “se tornar um Homem”. Ernesto também tem um lado artístico,

segundo sua esposa da época, a embaixadora Maria Eduarda de Seixá Corrêa, “um lado que poucas pessoas têm o privilégio de conhecer, que é esse olhar de poeta” (ARAÚJO, 2019b, on-line).

No ensino médio, Araújo escreveu o seu primeiro livro, publicado aos 17 anos, enquanto cursava Letras na Universidade Nacional de Brasília – um compilado de poemas intitulado *O Ocidente* (1985), tendo como tema central a navegação como experiência transcendental. Na orelha, o livro é descrito da seguinte maneira: “sentimos os devaneios pelos quais o poeta Ernesto Araújo se lançou e se lança, navegando solitário e solidário pelo Ocidente, sua primeira viagem como eterno marinheiro” (AMADO, 2019). Depois de ingressar na carreira diplomática, Araújo publica três livros de literatura fantástica, cuja maior parte do conteúdo é formada pelas divagações existenciais dos personagens: *A Porta de Mogar* (1998), *Xarab Fica* (1999) e *Quatro 3* (2001).

Os três romances de fantasia se passam em terras imaginárias e possuem sua própria mitologia, povoados por cavaleiros, princesas, magos e deuses. A criação de reinos inventados é justificada por Araújo da seguinte maneira:

sinto-me mais à vontade em lugares imaginários do que neste nosso mundo já excessivamente explorado, esquadrinhado, conhecido. Acho meio sufocante pensar que vivemos numa terra que já não oferece surpresas e onde está proibido buscar aventuras. (ARAÚJO, 2001, on-line).

Para lutar contra esse mundo desencantado da realidade, Ernesto Araújo cria seus próprios reinos, reconhecendo que essa é uma maneira de escape, mas também de “lutar no meu campo e com minhas próprias regras. Evasão? De certa forma, mas evasão é também desafio e confronto. Assim, meus três livros optam pela geografia imaginária” (ARAÚJO, 2001a, on-line).

Araújo cita como sua principal influência para a criação dos mundos imaginários as obras de Lord Dunsany (ARAÚJO, 2001a), inglês nascido em 1878. As obras do gênero fantástico e aventureiro de Lord Dunsany se passam em um Oriente imaginado. Segundo House-Thomas, “os contos de Dunsany exploram o desejo ocidental pelo desconhecido, usando imagens e temas orientais como atalho para representar o exótico” (HOUSE-THOMAS, 2012, p. 95, tradução nossa). A tradição de muitos autores românticos, na qual Dunsany está incluso, faz de seus autores “mais interessados no Oriente ficcional construído por séculos de produção artística e literária do que no próprio Oriente material” (HOUSE-THOMAS, 2012, p. 95, tradução nossa). Araújo cria em seus livros, baseado na tradição literária de um exótico Oriente, mundos imaginários nos quais a aventura e o

sublime ainda existem e que, apesar de agora não poderem ser localizados no mundo real já desencantado, continuam existindo em uma terra imaginária.

A temática dos três livros é explicada pelo autor como a intenção de contrapor-se

[à] ideia de que um mundo de paz e cooperação é a maior das maravilhas [e à] perda da liberdade de pensar e agir que decorre da universalização de um certo tipo de democracia. Tento opor-me a tudo isso e afirmar um pouco a negação, defender a possibilidade de ser contra. Porque a humanidade nasce e cresce na contradição e no confronto: confronto com a natureza, confronto entre povos e classes, confronto entre espírito e matéria, confronto do homem consigo mesmo, desafio à realidade. Hoje somos cada vez menos capazes de vivenciar o confronto, e assim vamos desumanizando. (ARAÚJO, 2001a, on-line).

A figura do guerreiro nas aventuras fantásticas é a metáfora usada por Ernesto Araújo para representar essa vontade por confronto. Keniv, o filósofo guerreiro personagem central do primeiro livro, com quem Ernesto Araújo muito se identifica (ARAÚJO, 2001a), pensa que todo homem nasce com uma espada na mão; “quando o homem larga a espada, começa a sentir medo, e então constrói a civilização” (ARAÚJO, 1998, p. 35). A batalha heroica não é algo temido pelo aventureiro, mas é fruto do desejo de “sermos mais do que somos”; por isso guerrear seria “uma forma de amor” (ARAÚJO, 2001a, on-line). Em seu segundo livro, ele associa “o princípio feminino à função guerreira, já que [vê] a guerra como criação, e não como destruição puramente” (ARAÚJO, 2001a, on-line).

Para Araújo, a função da arte e, conseqüentemente, de seus livros seria a de manter o ser humano em contato com o sublime. Ao ser perguntado se o uso de terras imaginárias o colocaria como que em uma torre de marfim, afastada da realidade, responde: “não acho que eu viva na torre de marfim, ao contrário, tenho a pretensão de imaginar que vivo na beira de uma batalha, que vivo na trincheira lamacenta de uma luta feroz” (ARAÚJO, 2001a, on-line).

Ernesto Araújo encara a pobreza de espírito da humanidade contemporânea com preocupação, já que isso a faria deixar de lado seu espírito aventureiro. Segundo Araújo, “a globalização cultural e estética é uma praga, que vai rapidamente destruindo as possibilidades humanas. [...] Isso estrangula o indivíduo” (ARAÚJO, 2001a, on-line). A busca pelo transcendental na aventura se dá através do personagem Keniv em *A porta de Mogar* (1998), da trajetória do reino de Xarab em *Xarab Fica* (1999), e dos atritos entre a geografia imaginária e a geografia real em *Quatro 3* (2001).

Na quarta capa de *Quatro 3*, lê-se: “em todos os seus livros se nota o esforço de defender o indivíduo contra a sociedade e abrir espaço para a transcendência” (ARAÚJO,

2001b). O homem na sociedade contemporânea estaria entorpecido, já que, segundo Araújo, a “razão não é a luz que desperta, mas o próprio sono” (ARAÚJO, 2001b, p. 7). Aqueles que se apoiam apenas no uso da razão alcançarão não mais que o conforto proporcionado por um mundo de certezas, deixando de lado o desconforto da vida heroica do guerreiro. Em seus livros, a aceitação do mundo material e racional como limite é vista com desaprovação, já que o que define o guerreiro é a sua busca por aventura, sinônimo de transcendência. O mundo racionalizado apagaria o espírito humano, vedando ao homem a possibilidade de vivenciar aquilo que o faria verdadeiramente humano. Segundo um dos personagens de Araújo, em *Quatro* 3, “o ser humano está hoje fechado num quadrilátero formado pelo Financial Times e pelos direitos humanos, crescimento econômico e justiça social. [...] Qualquer impulso sincero do ser humano é contra alguma lei, seja do mercado, seja do capítulo social da constituição” (ARAÚJO, 2001b, p. 165).

As paixões de Ernesto Araújo que observamos aqui, como a sua fé cristã e ideais conservadores andavam separadas de sua vida profissional. Ele não conseguia encontrar em sua vida na diplomacia espaço para seus desejos de transcendência. Araújo descreve em entrevista concedida a Consuelo Dieguez, seu trabalho em negociar acordos comerciais nos anos de 1990 a 2000 da seguinte forma: “não era nada estimulante, pois não entrava, como desejava, na substância do ser humano e da sociedade”; a jornalista comenta como Araújo “na seção de política internacional, chegou a acompanhar os conflitos nos Bálcãs, mas achava tudo aquilo muito chato. Não havia desafios, não havia questionamentos, ele me disse” (ARAÚJO, 2019b, on-line). Durante o segundo governo do PT, em 2008, defende a tese *Mercosul: negociações extrarregionais*, requerida pelo Itamaraty para a promoção ao cargo oficial de Embaixador, alinhada à política externa de então, baseada na integração regional com os países latino-americanos. Ernesto Araújo admite ter acreditado nas políticas sociais e de integração entre os países do Sul daquele governo, alegando em entrevista: “fui iludido, como outras pessoas foram” (ARAÚJO, 2019b, on-line).

As coisas mudaram em 2015, quando, assistindo aos protestos contra o governo e pelo impeachment de Dilma Rousseff, Ernesto Araújo avalia que não eram manifestações apenas contra a presidenta, mas “contra todo um sistema de condomínio de poder que vinha desde a redemocratização” (ARAÚJO, 2019b, on-line). A jornalista Consuelo Dieguez descreve este episódio ao mesmo tempo que citando sua entrevista com Araújo, da seguinte forma:

aquele momento foi uma epifania, uma espécie de “caminho de Damasco” em sua vida, em que reviu todos os seus conceitos políticos. “Me senti parte

do povo. Senti o movimento entrando na vida nacional e mudando tudo. Não era PT e PSDB que eu queria. Entendi que os dois faziam parte de um mesmo sistema de poder, desvitalizado, descomprometido com a nação. (ARAÚJO, 2019b, on-line).

O emprego da expressão “caminho de Damasco” por Ernesto Araújo é significativo: refere-se ao episódio bíblico no qual o apóstolo Paulo, então Saulo, se converte ao Cristianismo. Outrora um cumpridor da lei romana e perseguidor de cristãos, Paulo se converte ao ter uma visão divina no caminho de Damasco. Apenas após essa “reconversão” é que Araújo se aproxima das ideias de Olavo de Carvalho e do bolsonarismo (ARAÚJO, 2019b).

Após o momento da revelação, Ernesto Araújo volta a alinhar suas paixões à sua visão política. As opiniões que antes estavam reservadas aos seus personagens aventureiros, à fé e às crenças na esfera privada, fundamentam sua maneira de compreender a política e irrompem em suas falas públicas. É no combate à “ideologia do globalismo” propagada pelos inimigos da civilização ocidental que Ernesto realiza esse salto, encontrando novamente um mundo no qual a transcendência do guerreiro é possível. O lado globalista e nacionalista de Ernesto Araújo, antes desconhecido pelos colegas do Itamaraty, é expresso pela primeira vez publicamente em seu artigo *Trump e o Ocidente*, de 2017.

7 O GLOBALISMO DO CHANCELER BRASILEIRO

No artigo *Trump e o Ocidente*, em que comenta o discurso *Remarks by President Trump to the People of Poland* proferido pelo então presidente dos Estados Unidos da América na Polônia em 2017, Ernesto Araújo interpreta Donald Trump como o salvador de um Ocidente ameaçado. Conforme sua visão, Trump buscaria salvar o Ocidente através da “recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais”, um passado iniciado na Grécia Homérica e que entende “o nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente”. No cerne dessa identidade nacional estaria “o anseio por Deus, o Deus que age na história” (ARAÚJO, 2017, p. 323).

O Ocidente não seria algo passível de ser tracejado geograficamente, mas é da ordem do “território do espírito” (ARAÚJO, 2017). Apenas um nacionalismo fundido à fé seria capaz de retomar o passado que o Ocidente deixou como herança, onde se encontra Deus, e restaurar a verdadeira identidade ocidental dos países e indivíduos. O Ocidente

seria um conjunto de nações que teriam como suas duas primeiras características, segundo o discurso citado por Ernesto Araújo, “em primeiro lugar, a arte: as obras de arte inspiradoras que honram a Deus, e em seguida a inovação, a celebração dos heróis, das tradições e dos costumes imemoriais” (ARAÚJO, 2017, p. 328). Essas duas características configurariam aquilo que estaria sendo disputado e ameaçado na guerra que o Ocidente trava hoje com o “marxismo cultural”.

Segundo Araújo, a resistência às ocupações militares nazista e soviética da Polônia, citadas por Trump, seria “entendida como modelo em pequena escala de toda a alma ocidental, em seu passado de resistência, para o Ocidente de hoje” (ARAÚJO, 2017, p. 327). Além dos dois exemplos relativamente recentes, o ex-chanceler menciona um terceiro, o do rei polonês Jan Sobieski, que em 1683, “à frente de sua cavalaria, sob a bandeira da virgem negra de Czestochowa”, derrotou as forças militares superiores dos invasores, “salvando a Europa da dominação islâmica” (ARAÚJO, 2017, p. 327).

O início do conflito ocidental é facilmente localizado por Araújo: “desde o ‘iluminismo’ toda a tradição liberal e revolucionária constituiu-se numa rejeição do passado em suas várias facetas de rejeição dos heróis, rejeição do culto religioso” (ARAÚJO, 2017, p. 329). Quando comenta sobre o desencantamento da sociedade, sua resposta é simples: “O que era esse encantamento do mundo? Era justamente a presença de Deus” (ARAÚJO, 2019d, on-line).

O Ocidente deveria se lembrar de como venceu as batalhas do passado para buscar inspiração para a atual contenda: “como os heróis nos recordam, o Ocidente foi salvo com o sangue dos patriotas” (ARAÚJO, 2017, p. 330). Esse combate contemporâneo, apesar de todas as lutas anteriores do Ocidente terem sido materiais, não é um conflito material entre os ocidentais e os “outros”, mas é da ordem do espírito. Outros Estados nacionais ou religiões não seriam um perigo, já que “não há um verdadeiro inimigo externo, o inimigo é o autoesquecimento” (ARAÚJO, 2017, p. 332). Segundo Araújo, Trump proporia “realçar a figura do herói, recriar a narrativa da busca e das tribulações desse herói”, realizando assim “uma terapia civilizacional” (ARAÚJO, 2017, p. 331). O ex-ministro cita a tragédia de Ésquilo “Os Persas”, de 472 a.C. – que retrata a batalha naval grega de Salamina contra os orientais persas – como exemplo de descrição fiel, apesar de romantizada, do nascimento do nacionalismo e do Ocidente, uma vez que “o Ocidente nasce em Salamina, nasce na luta” (ARAÚJO, 2017, p. 335).

O uso de uma obra ficcional para a elaboração de interpretação histórica não é coincidência, pois para Araújo, o Ocidente guarda a dimensão de “um trabalho literário de

construção consciente da história [...] onde o mito conflui com a história” (ARAÚJO, 2017, p. 337). O Ocidente não diria respeito apenas ao mundo material, mas traria consigo esse aspecto imaginário do mito e dos heróis: “essa poesia, essa criação, é o Ocidente. Sim, o Ocidente é, de certa forma, uma criação literária”, e junto à pátria viriam os essenciais cantos de louvor a ela.

Para Araújo, o movimento romântico posteriormente chega à conclusão de que “a alma humana é nacionalista, de que a história do Ocidente só tem significado, só corporifica um destino – por oposição a um simples amontoado de fatos – em torno do sentimento nacional” (ARAÚJO, 2017, p. 341). Não seguir a alma nacionalista seria o mesmo que não encontrar sentido na vida, viver no niilismo. A nação, portadora da alma humana, após a sua criação na Grécia, continuaria em Roma, mas desaparece da História por mil anos com o início do império romano. Apenas séculos depois “a Europa começa a renascer como civilização quando as nações começam a germinar, na Alta Idade Média” (ARAÚJO, 2017, p. 341). O sentimento de nação é contestado pela Revolução Francesa, sendo ela o laboratório que criou “os vírus de todos os despotismos que avassalaram o mundo desde então” (ARAÚJO, 2017, p. 341). Para Araújo a história gira em torno desse conceito de nação ocidental, e desde a Revolução Francesa as coisas pouco teriam mudado: a nação continua em disputa desde aquela época. O “marxismo cultural” seria apenas a faceta moderna do iluminismo. O patriotismo místico de cada país, o mistério que ele representaria, é explicado por ele pelo fato de que “cada nação é também uma religião” (ARAÚJO, 2017, p. 342). Ela não é apenas mais um fator na vida do indivíduo, mas a questão essencial: “a nação não é uma escolha, mas um fato indelével e fundacional na vida do indivíduo [...] Pátria é o coletivo orgânico” (ARAÚJO, 2017, p.339). Apenas através de seu pertencimento ao corpo nacional é que o ser humano se define como indivíduo.

Cada corpo orgânico nacional levanta seus próprios valores e cultura; ele é único e definidor de uma suposta identidade da nação. Os “valores universais” adotados pela comunidade internacional e supostamente compartilhados pela humanidade são interpretados pelo ex-chanceler como externos ao corpo orgânico nacional, e por isso como uma maneira de oprimir as liberdades humanas. A nação é o amálgama que dá coesão e harmonia às relações sociais, não o Estado:

outra coisa que o meu pai falava muito: a sociedade não deveria funcionar baseada nas leis; ela deveria funcionar baseada na confiança. As pessoas não deveriam conectar-se umas com as outras baseadas na lei; deveriam conectar-se baseadas em toda uma série de afinidades que só a nação orgânica pode proporcionar. Então, isso é a visão de nacionalismo, quer

dizer, [...] é o anseio de viver numa comunidade orgânica; e não simplesmente num lugar que seja uma coleção de indivíduos. (ARAÚJO, 2019e, on-line).

O trabalho do historiador não consistiria apenas em buscar interpretar o passado, mas em levar adiante o mito do Ocidente, uma vez que “a aventura humana não se esgota na história, ela exige também o mito” (ARAÚJO, 2018b, on-line). Afinal,

os de hoje escrevem uma história fria, seus personagens não têm vida, são meras figuras esquemáticas, parece que estão escrevendo história por obrigação, nenhum sentimento do destino ou do mistério os conduz, não têm imaginação, não conseguem ver-se a si mesmos empunhando uma lança na falange macedônia ou içando as velas na Santa Maria. [...] O Ocidente não está baseado em valores, não está baseado em tolerância nem em democracia, está baseado em Platão e Aristóteles, César e Alexandre, São Paulo e Santo Agostinho, Washington e Jefferson, batalhas e milagres, paixões e guerras, a cruz e a espada. (ARAÚJO, 2019f, on-line).

A trajetória da civilização Ocidental não apenas conteria aspectos aventureiros, mas a dimensão aventureira seria constitutiva do Ocidente e estaria em seu centro. Ela encarnaria a busca pela transcendência. O que caracterizaria o Ocidente seria exatamente esse passado de batalhas, heróis, exploração e grandes navegações. A aventura não é apenas uma figura metafórica, mas determina o que é ser ocidental. Para Ernesto Araújo, as civilizações do Oriente antigo localizavam as terras da felicidade de seus mitos e religiões sempre ao Oriente, ao Leste, enquanto que

de certa forma o Ocidente nasceu com os gregos não só pela fundação de todas as tradições culturais que se conhecem, mas também por ser o primeiro povo que conscientemente identificou o sagrado, o numinoso, ao menos em parte, com a direção do sol poente. [...] O giro da direção sagrada de leste para oeste guarda relação com a fundamental mudança na vivência do tempo que diferencia os gregos das civilizações médio-orientais. A primazia simbólica do Leste tende a colocar o centro de gravidade de uma cultura no passado, na origem do dia eternamente repetida; a primazia do Oeste desloca o centro para o futuro, o destino do sol sempre buscado e nunca alcançado. (ARAÚJO, 2018c, on-line).

A Grécia é então a primeira civilização imbuída do espírito aventureiro, escapando da repetição dos dias sempre iguais, ao se lançar ao mar, ao desconhecido, renunciando à a repetição e criando a História. Segundo Araújo, “a história, portanto, é uma ideia essencialmente ocidental e o Ocidente é essencialmente histórico, uma milenar epopeia” (ARAÚJO, 2018c, on-line). As navegações da história ocidental, dos gregos à colonização, inclusive a do Brasil, estão ligadas a esse mito e são expressão desse “giro Ocidental”;



afinal, “os brasileiros somos gregos por tabela, somos filhos dos Lusíadas e netos da Odisseia, herdeiros legítimos do milagre grego, romano, europeu, ibérico, ocidental” (ARAÚJO, 2018c, on-line). O sentimento de se lançar ao desconhecido, do qual resultam as navegações, seria o laço que une e diferencia as nações ocidentais do restante do mundo. O mito defendido por Araújo é que o Brasil construa sua identidade a partir da aventura que é a civilização ocidental. Esse mito fundador do que seria a aventura para o Ocidente é fundamental para a concepção de mundo do ex-chanceler:

eu vejo mais claramente a origem da nossa civilização realmente na matriz grega. Eu acho que ela é realmente o eixo central do projeto, da aventura em que nós embarcamos lá, talvez em Creta ainda, em Micenas, e onde nós, bem ou mal, estamos até hoje. Eu acho que é uma aventura, uma história fora da qual a gente não faz sentido, nem o Brasil nem outro país, acho, das Américas ou da Europa. (ARAÚJO, 2019f, on-line).

Sendo parte do Ocidente e fruto da aventura das navegações, a história do Brasil não é diferente. Araújo recomenda que leiamos menos “*The New York Times*, e mais José de Alencar e Gonçalves Dias” (ARAÚJO, 2019g, on-line). Esses autores, representantes do romantismo nacionalista, ao buscarem criar uma concepção idealista de Brasil, transpõem a figura do herói medieval para o indígena brasileiro. Sobre o palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo comenta em seu discurso de posse:

eu me lembro da emoção que eu senti pela primeira vez, quando era Terceiro Secretário, que subi as escadas para este terceiro andar, e vi, logo ao subir a escada, o quadro da Coroação de Dom Pedro I e o quadro do Grito do Ipiranga. Imediatamente, eu, que tinha 22 anos, me lembrei de quando tinha 5 anos e assisti maravilhado no cinema ao filme “Independência ou Morte” [...] Eu me lembro desse momento muito marcadamente e eu percebi: olha, isso aqui não é simplesmente uma repartição pública, isso aqui é uma espécie de um santuário. É uma espécie de túnel do tempo, onde os heróis estão vivos, os heróis famosos e os heróis anônimos, onde nós convivemos com os descobridores, com Alexandre de Gusmão, José de Anchieta, com D. João VI, com os Imperadores e as princesas, com os bandeirantes e os abolicionistas, com os seringueiros e garimpeiros e tropeiros que construíram essa nação. (ARAÚJO, 2019g, on-line).

Para Araújo, a história do Ocidente se estrutura como um romance de cavalaria, uma história fantástica, sendo a divisão mais importante presente na realidade “aquela entre o bem e o mal” (ARAÚJO, 2019d). O Ocidente está do lado do bem e deve combater as forças do mal, que desde o início da Revolução Francesa buscam apagar a ideia de nação. Agora

como antes, é papel da aventura ocidental combater o mal que busca, de Robespierre ao PT, apagar o espírito humano, já que “a esquerda não tolera a transcendência, pois a abertura para a transcendência é, em última instância, o que constitui a humanidade do homem” (ARAÚJO, 2019e, on-line).

Comentando sobre Bernie Sanders como um agente globalista, Araújo usa o universo literário de *O Senhor dos Anéis*, obra de literatura fantástica de J. R. R. Tolkien, para traçar uma metáfora. Igualando Orcs aos agentes globalistas e Hobbits ao lado do bem, Araújo descreve o Hino élfico *A Elbereth Gilthoniel* usado pelos Hobbits, da seguinte maneira: “no centro do *Senhor dos Anéis*, Tolkien (bom católico) colocou essa prece e grito de guerra, uma espécie de *Ave Maria fantasy*, um apelo à inocência, à pureza, à transcendência no momento da luta terrível contra os servos do mal” (ARAÚJO, 2018f, on-line).

No dia anterior ao segundo turno das eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro, em novembro de 2018, Ernesto Araújo publicou um texto em seu blog chamado “Antes da Batalha”, traçando um paralelo entre as eleições e a visão que o rei português Dom Afonso de Henriques teve de Jesus Cristo antes de derrotar os reis mouros em 1139. Ele comenta: “graças à sua fé e sua espada estamos aqui, e conhecemos o nome do Salvador” (ARAÚJO, 2018g, on-line).

Em seu discurso de posse como chanceler, objetando àqueles que chamam suas ideias nacionalistas de quixotescas, Ernesto Araújo dá a mesma resposta que deu Dom Quixote a um camponês que, deparando-se com o andarilho delirante, diz-lhe que o conhece e que sua verdadeira identidade não seria a de um cavaleiro, mas a de Alonso Quijano. Segundo Araújo,

Dom Quixote para um segundo, pensa, e responde: “Yo sé quién soy.” Algumas pessoas dirão que o Brasil não é isso tudo que o presidente Bolsonaro acredita e que eu também acredito, dirão que o Brasil não tem capacidade de influir nos destinos do mundo, de defender os valores maiores da humanidade, que devemos apenas exportar produtos e atrair investimentos, pois afinal somos um bom país, quieto e pacífico, mas não temos poder para nada. Dirão que o Brasil é apenas Alonso Quijano. Mas o Brasil responderá: Eu sei quem eu sou. [Pausa] Eu sei quem eu sou. (ARAÚJO, 2019g, on-line)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisar o pensamento globalista de Ernesto Araújo, notamos como o ex-chanceler, se aproxima ao globalismo por nele mobilizar e adequar as tradições de pensamento presentes em sua formação cultural. Aproveitando-se da liberdade discursiva inerente à ideia de globalismo – e inserindo nela as questões que lhe são essenciais, relacionadas à sua própria individualidade –, o ex-chanceler cultiva uma concepção de civilização ocidental diametralmente oposta à de seu professor Olavo de Carvalho. Seu globalismo e as forças do “marxismo cultural” só existem em função dessa entidade ocidental imaginada.

A ideia da pátria mística ocidental de Ernesto Araújo é um amálgama no qual encontramos ao mesmo tempo um anti-iluminismo aliado à adoração ao Estado nacional da modernidade – como vimos, ambos pensamentos lendários contraditórios, mas nos quais está presente a mesma figura narrativa na qual ele se apoia para inventar sua pseudo-história do cavaleiro aventureiro. A civilização ocidental pode se configurar como uma narrativa coesa a partir da centralidade da figura mística do cavaleiro heroico; nela a contradição entre o anti-iluminismo e a modernidade são superados, e Deus e nação se tornam uma só entidade, a da pátria mística defendida pelo ex-chanceler. Sua pseudo-história não é apenas fantasiosa como algo que não é verdadeiro, mas se estrutura, ela mesma, como uma história de literatura fantástica.

Observamos como Ernesto Araújo insere em seu globalismo tradições de pensamento, crenças e paixões presentes em sua vida desde a infância. Além disso, constatamos como uma *teoria da conspiração* passa a *fazer sentido* e apelar ao indivíduo que é o ex-chanceler. O Ernesto Araújo poeta romântico preocupado com as grandes questões da humanidade pode se reconciliar com a sua profissão e mover-se da vida privada para a pública, determinando sua visão política de mundo. Torna-se, então, uma versão contemporânea dos “matadores de dragão” de Hannah Arendt, ou portador de uma atitude textual quixotesca, como descrita por Edward Said.

Como último ponto, caminharemos na direção contrária das análises do ex-chanceler brasileiro, que denominaremos aqui de ocidentalismo fantástico, as quais esperavam grandes transformações materiais nas relações internacionais do país e possíveis conflitualidades com países por ele chamados de globalistas, como a China. Há uma ampla continuidade nas relações internacionais do Brasil, apesar da mudança ideológica materializada na figura do ex-chanceler. Esse processo pode ser parcialmente compreendido através do ocidentalismo fantástico de Ernesto Araújo. A função central de seu globalismo é dar sentido às suas crenças conservadoras em um mundo multicultural,

combatendo o esquecimento dos valores de sua mocidade que são preservados em seu Ocidente fantástico. Ele exalta uma pseudo-história que converte a trajetória barbárica das nações centrais em um conto a ser celebrado. Embora o ex-chanceler busque essa mudança radical no plano simbólico e acredite em tal fantasia, seu globalismo não é acompanhado por alterações igualmente radicais nas relações materiais da política externa brasileira. A pátria mística imaginária, assim como a política externa efetiva de Araújo como chanceler, apesar de toda a fantasia que tratamos aqui, compartilha de opiniões consideradas sensatas, como as de reconhecer e promover as vantagens do livre-comércio e a acumulação capitalista em escala internacional. A fantasia globalista tem seu limite onde começa a razão do mercado, como diria Polônio: “Embora seja loucura, há nela certo método”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ernesto. **A Elbereth Gilthoniel**. 2018f. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/a-elbereth-gilthoniel>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **A esquerda: de Robespierre ao PT**. 2018a. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/a-esquerda-de-robspierre-ao-pt>. Acesso em: 6 jun. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **A porta de Mogar**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1998.

ARAÚJO, Ernesto. **Antes da batalha**. 2018g. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/antes-da-batalha>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Aula magna do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, no Instituto Rio Branco**. Aula magna no Instituto Rio Branco em Brasília, 11 de Março. 2019f. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=2912> . Acesso em: 12 ago. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, 2 de janeiro. 2019g. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Discurso do Ministro Ernesto Araújo na formatura do Instituto Rio Branco**. Brasília, 3 de maio de 2019. 2019c. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20506-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-na-formatura-do-instituto-rio-branco-brasilia-3-de-maio-de-2019>. Acesso em: 08 ago. 2020.



ARAÚJO, Ernesto. **Discurso do senhor ministro de Estado por ocasião da abertura do seminário sobre “Globalismo”, da FUNAG.** Brasília, 10 de junho de 2019. 2019d. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20512-discurso-do-senhor-ministro-de-estado-por-ocasio-da-abertura-do-seminario-sobre-globalismo-da-funag-palacio-itamaraty-10-de-junho-de-2019>. Acesso em: 06 ago. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Entrevistas Alfa Omega com Ernesto Araújo.** 2001a. Disponível em: <https://alfaomega.com.br/2020/09/01/entrevista-com-ernesto-araujo-autor-de-quatro-3/>. Acesso em: 07 ago. 2020. [As entrevistas do autor sobre seus outros livros podem ser obtidas com a editora Alfa Omega]

ARAÚJO, Ernesto. **Entrevista do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo.** [Entrevista concedida a] Brasil Paralelo. 2019e. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3241>. Acesso em: 12 ago. 2020

ARAÚJO, Ernesto. **História e Mito.** 2018b. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/hist%C3%B3ria-e-mito>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **O Chanceler do regresso.** 2019b. Em entrevista concedida a Consuelo Dieguez. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-chanceler-do-regresso/>. Acesso em: 01 mar. 2020

ARAÚJO, Ernesto. **O Brasil no barco de Ulisses.** 2018c. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/o-brasil-no-barco-de-ulisses>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Objetos Voadores Não Ideológicos.** 2018e. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/objetos-voadores-n%C3%A3o-ideol%C3%B3gicos>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Pro padre.** 2019a. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/pro-padre>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Quatro 3.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001b.

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 323-358, dez. 2017.

ARAÚJO, Ernesto. **Viva a polarização.** 2018d. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/viva-a-polariza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 17 ago. 2020

AMADO, Guilherme. **Xarab, Mogar, Quarto 3:** os livros de ficção de Ernesto Araújo. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/xarab-mogar-quatro-3-os-livros-de-ficcao-de-ernesto-araujo-23385153>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**: vol. 1. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

BRISTOW, Joseph. **Empire boys**: adventures in a man's world. Londres: Harper collins academic, 1991.

CARVALHO, Olavo de. **O Jardim das Aflições**: de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Vide Editorial, 1998.

COELHO, Claudio Marcio. **Raízes do paradigma indiciário**. 2007. Disponível em: http://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/COELHO%2C%20Claudio%20M.%20Ra%2C%20ADzes%20do%20Paradigma%20Indici%C3%A1rio_Ensaio_2007.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

DIEGUEZ, Consuelo. **O Chanceler do regresso** Entrevistado: Ernesto Araújo. Revista Piauí. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-chanceler-do-regresso/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

EDUARDO Bolsonaro sobre Olavo de Carvalho: "É nossa referência filosófica", [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (3 minutos) Publicado pelo canal Rede Tv. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITdPd-P9TBs>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GAHYVA, Helga. Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 16, n. 35, p. 299-320, 9 jun. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p299>.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

LOPES, Marcos Antônio. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. **Tempo**, [S.L.], v. 16, n. 30, p. 147-165, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-77042011000100007>.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Romanticism against the tide of modernity**. Londres: Duke University Press, 2001.

MAKDISI, Saree. **Making England Western**: occidentalism, race, and imperial culture. Chicago: The University Of Chicago Press, 2014.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PERINELLI NETO, Humberto. A LINGUAGEM POSTA À PROVA PELO TEMPO: Carlo Ginzburg e suas contribuições para a história da educação. **História da Educação**, [S.L.], v. 22, n. 55, p. 314-333, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/71676>



PENA, Lara Pontes Juvêncio (2019). "Globalismo": o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. **Frenteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais**, 18(36), p. 371-386.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. **Breve definição**. Disponível em: http://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/RODRIGUES%2C%20M.B.F.%20e%20COELHO%2C%20C.M.%20Paradigma%20Indici%C3%A1rio_Breve%20defini%C3%A7ao.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

SAID, Edward. **Culture and Imperialism**. Nova Iorque: Vintage Books, 1994.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENIOR, W. A. Medieval Literature and Modern Fantasy: Toward a Common Metaphysic. **Journal Of The Fantastic In The Arts**, Idaho, v. 3, n. 3/4, p. 32-49, dez. 1994.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

O OCIDENTALISMO FANTÁSTICO DO CHANCELER: UMA ANÁLISE INDICIÁRIA DAS INFLUÊNCIAS NO PENSAMENTO GLOBALISTA DE ERNESTO ARAÚJO

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela
Leibniz Universität Hannover Professor da UFSC (PPGE, PPGICH), Pesquisador CNPQ.
Leibniz Universität Hannover, Hanôver, Alemanha
alexfvaz@uol.com.br
 <https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>

Gabriel Garcia

Mestrando junto ao programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, San Tiago Dantas, São Paulo, Brasil
gabriel.garcia1@unesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3714-9875>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora *Prof.^aDra. Cristina Soreanu Pecequilo*, a *Prof.^aDra. Suzeley Kalil Mathias*, a Luiz Felipe Florentino, ao núcleo de pesquisa do NEAI e ao grupo de estudos do NEPESC/UFSC.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO



Recebido em: 25 de outubro de 2020
Aprovado em: 22 de junho de 2021.

